

ATA N.º 12/2025:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2025:

No dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e treze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, no âmbito da semana da Freguesia de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Julieta da Fonseca Rodrigues, Mário José Alves de Sousa Brinca, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

O **Sr. Presidente** cumprimenta todos os presentes e refere que se trata de uma sessão noturna, no âmbito da “Semana da Freguesia” de Palmela. Transmite que a “Semana da Freguesia” é uma iniciativa que visa, de entre outros objetivos, efetuar um ponto de situação sobre os assuntos em curso, promover o trabalho conjunto com a Junta de Freguesia, dar seguimento aos processos em desenvolvimento, resolver questões de gestão corrente e aprofundar o conhecimento sobre o território da Freguesia.

Mais refere que são organizadas visitas a empresas, obras, instituições e outros locais de interesse local, o que confere a estas sessões um carácter especial, contando, inclusivamente, com a presença da Junta de Freguesia.

Antes de explicar o funcionamento e o regimento da presente sessão dá nota dos seguintes atos prévios.

TOMADA DE POSSE:

Na sequência do pedido de suspensão de mandato, apresentado pelo Sr. Raúl Manuel Pinto Cristóvão, toma posse a Sra. Julieta da Fonseca Rodrigues, de acordo com o artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pois confirma-se ser a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista de candidatos do Partido Socialista à Câmara Municipal, nas Eleições Autárquicas de 2021. (Anexo a esta ata como documento n.º 1)

A **Sra. Julieta Rodrigues** lê o juramento e assina a ata:

“Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL:

Atendendo ao pedido de substituição apresentado pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, por motivo de férias, no período entre 16 de junho a 4 de julho, foi convocado o Sr. Mário Brinca para a substituir, na medida em que, por impossibilidade da Sra. Zoraima Prado, se confirma ser o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista da CDU à Câmara Municipal de Palmela. (Anexo a esta ata como documento n.º 2)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal são os seguintes:

PONTO 1 – Adendas ao Contrato interadministrativo de cooperação, comodato e financiamento para implementação de Sistema de Videovigilância contra incêndios no Parque Natural da Arrábida

PONTO 2 – Contas Consolidadas 2024

PONTO 3 – 4ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029

PONTO 4 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado para construção de habitação a custos controlados

PONTO 5 – Apoio Financeiro às Associações de Proteção dos Animais no Concelho de Palmela

PONTO 6 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público

PONTO 7 – Cedência das instalações da EB Águas de Moura à União Social Sol Crescente da Marateca

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à URAP – União dos Residentes Antifascistas Portugueses para edição do livro

PONTO 9 – Prolongamento do topónimo existente "Rua Fundadores do Airenses", Aires – Req: Junta de Freguesia de Palmela – N.º Processo: TOP-2164/2025 – Local: Aires – Palmela

PONTO 10 – Atribuição de topónimos a duas Pracetas no Pinhal Novo – Req: Paulo Alexandre Pereira Portela – N.º Processo: TOP-760/2020 – Local: Monte Novo e Salgueirinha, Pinhal Novo

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das atas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 08/2025, da reunião ordinária de 16 de abril de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade. Não participa na votação o Sr. Vereador Mário Brinca, por não ter estado presente na referida reunião.

— ATA n.º 09/2025, da reunião ordinária de 07 de maio de 2025.

A ata foi aprovada, por unanimidade. Não participa na votação o Sr. Vereador Mário Brinca, por não ter estado presente na referida reunião.

ATOS PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 01/06/2025 a 16/06/2025.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados em matéria de subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido 03/06/2025 a 13/06/2025

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, pelo Sr. Presidente, Dr. Álvaro Balseiro Amaro, no período compreendido entre 30/05/2025 a 16/06/2025.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos atos praticados por subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito

do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 03/06/2025 a 13/06/2025.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 7, dos atos praticados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha, pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco e pelo Chefe de Divisão, Dr. Pedro Ferreira, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 04/06/2025 a 17/06/2025

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 04/06/2025 a 17/06/2025, no valor de 3.064.671,94 € (três milhões, sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 8.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18/06/2025, apresenta um saldo de 11.804.003,66 € (onze milhões, oitocentos e quatro mil, três euros e sessenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 8.963.455,57 € (oito milhões, novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.840.548,09 € (dois milhões, oitocentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e oito euros e nove cêntimos).

SEMANA DA FREGUESIA DE PALMELA

O **Sr. Presidente** dá nota que nas reuniões realizadas no âmbito das Semanas da Freguesia, o período destinado à Intervenção do Público é alterado do final para o início da reunião, tendo uma duração de 30 minutos.

Antes de passar a palavra aos Municípes que pretendem intervir e interpelar o Município dá nota do trabalho que foi realizado ao longo da semana.

Começa por mencionar que o programa arrancou da melhor forma, logo no início da semana, com a realização do Encontro da Reabilitação Urbana de Palmela, um evento onde reuniu muitos especialistas, técnicos e participantes de vários municípios, universidades e outras entidades de todo o país, para refletir sobre os desafios da reabilitação urbana, para partilhar experiências práticas, bem como o que a Câmara Municipal está a fazer no concelho, em particular no Centro Histórico de Palmela. Refere que, para além das medidas de incentivos que competem às entidades públicas, as obras que se fazem, tendo em vista a regeneração desses espaços, pretendem, sobretudo, contagiar a iniciativa privada. Considera que o balanço é muito positivo, porque tem sido notório o aumento muito significativo, de ano para ano, do número de casas reabilitadas no núcleo mais antigo da vila, começando a ter muito mais dinâmica, com comércio, serviços, turismo, património.

Dá nota que, durante a manhã de terça-feira, na habitual reunião entre a Junta da Freguesia e a Vereação com pelouros, decorrida no Espaço Cidadão, em Palmela, aproveitou-se para dar a conhecer o conjunto de obras e projetos que estão “em mãos” – e que são de uma maneira geral do conhecimento e reivindicadas pela Junta de Freguesia -, bem como partilhar em que fase se encontram e seu respetivo desenvolvimento. Menciona que está também patente na sala a Mostra de Projetos, que também apresenta um projeto que está em desenvolvimento – o Miradouro de Palmela – e obras que estão em curso, em candidatura e ainda outras que são compromissos. Informa que a Mostra de Projetos estará patente até dia 21 para visitação de todos os interessados.

Destaca que falaram também de questões relacionadas com a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, com a limpeza do espaço público e das dificuldades que existem para a sua manutenção, onde discutiram formas de colaboração.

Considera que a quantidade de trabalho a fazer, o múltiplo espaço e a extensão enorme, requerem uma grande colaboração entre a Junta de Freguesia e o Município, mesmo quando existem dificuldades para procurar responder melhor.

Frisa que o balanço das competências delegadas é positivo, embora exista um ou outro aspeto a melhorar, tendo havido a oportunidade de conferir que não existem grandes reparos a fazer sobre aquilo que a Junta de Freguesia assumiu.

Transmite que trocaram informação e preocupações relativamente à melhoria e recuperação de alguns espaços públicos, onde estiveram particularmente em análise as questões das dificuldades de estacionamento no Centro Histórico (procuraram sempre encontrar as melhores soluções para regular, arrumar, disciplinar o pouco espaço que existe) e debateram algumas situações que pretendem que venham a ser melhoradas, onde o Município e os serviços técnicos estão a trabalhar para as concretizar.

Realça que abordaram também questões sobre a conservação da Rede Viária, com um conjunto de obras em curso e outras que estão plurianualmente definidas, a reabilitação de alguns espaços públicos e de reabilitação de fontes e fontanários onde a Junta de Freguesia está a fazer um excelente trabalho.

Refere que foram discutidas preocupações no que concerne à recolha de resíduos sólidos urbanos e monos em algumas zonas, onde existe algum descontrolo, não obstante a periodicidade da recolha ser bastante frequente. Mais refere que se tratam de zonas que têm de ser controladas e necessitam de encontrar outras áreas para acondicionamento, tendo a Junta de Freguesia partilhado a sua visão sobre essas matérias.

Relativamente à Mostra de Projetos, para além do Miradouro de Palmela, informa que estão igualmente patentes os projetos de intervenções que já estão em curso, nomeadamente:

- Requalificação do Largo do Chafariz Dona Maria I;
- Repavimentação da Avenida de Padre Nabeto (visitaram o local e onde o ritmo da obra está bastante acima da média);
- Avenida dos Caminhos de Ferro – 1.ª fase (visitaram a visitar também as obras da requalificação que, para além da beneficiação do pavimento, um corredor acessível e de um corredor ciclável, até ao primeiro entroncamento com a entrada para o loteamento do Sobral de Palmela, será executada uma rotunda, de forma a criar um eixo mais direto de circulação, seja para as Casas da Quinta, seja de ligação a Aires);
- Regeneração e acessibilidades dos arruamentos do Centro Histórico de Palmela (os projetos estão em curso e estiveram em apreciação na Direção-Geral do Património Cultural). Informa que os trabalhos estão bem encaminhados, sendo que, numa primeira fase, aquilo que será candidatado à Intervenção Territorial Integrada da AML, serão:
 - Rua Heliodoro Salgado;
 - Rua Mouzinho de Albuquerque;
 - Largo El Rei D. João;
 - Rua de Simões;
 - Travessa das Oliveiras;
 - Escadas do Poço Novo;
 - Escadinhas da Boa Vista;
 - Rua da Ladeira.

Dá nota que são esses os arruamentos para os quais o projeto está estabilizado e que aponta para uma intervenção a rondar 1 milhão de euros.

- Centro de Investigação do Património Cultural - antigo edifício da GNR (lançamento de um concurso para a conclusão de uma empreitada que foi abandonada pela empresa, pela sua incapacidade);
- Nova Escola Básica de Palmela, primeiro ciclo e jardim de infância, que será construída na Urbanização Serra Grande;

- Muro de contenção na Avenida dos Cavaleiros de Santiago e Espada. Lembra que estão numa zona de erosão de solo, o que origina derrocadas e fissuras, que são visíveis não apenas no Castelo e no património, onde já foram feitas intervenções bastante valorizadas pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e pelo POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), que financiou as obras, como obra europeia do Ano – A estabilização das encostas do Castelo. Transmite que existem sempre alguns fenómenos em tudo quanto são muros e, por isso, estão a investir em projetos de estabilidade e segurança. Destaca que se tratam de obras avultadas, estando o muro de contenção na Avenida dos Cavaleiros de Santiago e Espada estimado em cerca de 470 mil euros mais IVA.
- Reabilitação da Escola Básica Hermenegildo Capelo (que está na lista de escolas prioritárias, a financiar pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência. Informa que o projeto está feito de acordo com o que foram discutindo com a comunidade educativa, direção da escola e associação de pais. Transmite quem em breve, estará concluído e seguirá a respetiva candidatura, sendo uma obra cujo valor está estimado será 7,8 milhões de euros;
- Estabilização do muro de suporte na Estrada da Cobra;
- Baluartes do Castelo (informa que foi finalmente aprovado pela DGPC - Direção-Geral do Património Cultural e que será lançado em breve. Dá nota que se trata da instalação de guarda-corpos, por questões de segurança, que tiveram de obedecer a um conjunto de diretrizes;
- Reabilitação do edifício Palmela Conquista – antigo edifício da Radio Pal (que irá acolher uma zona de incubação de empresas e formação, ligada à área do turismo e da inovação);
- Pavimentação da Rua dos Marinheiros, em Brejos do Assa, e a pavimentação da Rua da Ponte, em Pegarias (informa que são duas obras que tiveram concursos repetidos, considerando que os iniciais ficaram desertos. Refere que existe dificuldade em encontrar empresas para tanta obra e empreitada, e, sobretudo, em adjudicar por preços que não encontram explicação para a sua variação tão frequente e súbita de mês para mês.

Refere que, para além de visitarem algumas obras que estão em curso, como a Rua Isidoro Vitorino, a Rua dos Amigos e outras obras citadas que fazem parte da Mostra de Projetos, procuraram reunir com associações, instituições IPSS e empresas.

Relativamente às empresas, refere que começaram por visitar a Wollt, que está instalada no Parque do Vale do Alecrim, o qual tem uma centena de empresas muito dinâmicas, com investimentos e algumas práticas inovadoras. Dá nota que a Wollt foi criada em 2020 e que, desde sempre, investiu bastante no concelho. Realça que se trata de uma das empresas mais cotadas na oferta de serviços integrados na área das energias renováveis e eficiência energética, que desenvolve soluções à medida, com vista à produção de energia para autoconsumo, armazenamento em baterias, bombas de calor, mas também instalação de estruturas de estacionamento pessoal ou comercial com integração de painéis solares, domótica para controlo

central de casa ou escritório. Considera que existem em Portugal muitas outras empresas, mas ter uma destas no concelho que está a ter alguma inovação e quota de mercado, pareceu-lhes importante a sua visita, conhecer e incentivar.

Dá conhecimento que estiveram também numa outra empresa, a HygiCo, que está ligada à área da higienização. Informa que se trata de uma empresa inovadora, com serviços únicos na Península Ibérica, que foi fundada na Batalha em 2016, deslocando-se para o concelho de Palmela há já alguns anos. Destaca que a empresa tem uma elevada performance técnica, produzindo fardamentos à medida, customização de acordo com as necessidades técnicas e imagem, assegurando a sua higienização e gestão. Refere que se trata de equipamento de gestão hospitalar, de aviação e de determinadas profissões, funções, serviços municipalizados, equipamentos de quem trabalha em áreas de resíduos e esgotos. Realça que a empresa tem uma tecnologia de sistema de higienização e lavagem muito inovadora, que tem sido premiada como PME Líder.

Partilha que a Semana da Freguesia não terminou e que, na sexta-feira, têm atendimentos dirigidos a munícipes que pretendam apresentar questões da Freguesia de Palmela, seguindo-se uma conferência de imprensa de balanço final do trabalho desenvolvido durante a Semana.

Termina a informar que partilhou as matérias para se perceber o que é a Semana das Freguesias e refere que o trabalho não termina, pois vão continuar a trabalhar nos objetivos e diretrizes que vão implementado e executando no território.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que o período que se segue, é destinado à intervenção do público, alertando para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

Saúda a presença de todos e solicita que as questões sejam identificadas, colocando-as com objetividade para ser possível esclarecer, responder ou agendar.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (73 Empresas de Palmela distinguidas com Estatuto PME Líder 2024).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (XXIII Concurso Enológico Internacional Città del Vino – Adega Camolas e Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Palmela Desporto – Cadetes Masculinos).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Frederico Serrano).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Tomás Ferreira).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Ricardo Esteves Ferreira).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (73 Empresas de Palmela distinguidas com Estatuto PME Líder 2024).

« O *Estatuto PME Líder* é um selo de reputação criado para distinguir o mérito das Empresas PME nacionais com desempenho acima da média nacional, tendo por base as melhores notações de rating e indicadores económico-financeiros, tendo as *PME Líder* acesso a um conjunto de benefícios, nomeadamente condições especiais em produtos financeiros e a uma rede de serviços, a facilitação na relação com a Banca e o prestígio associado à marca *PME Líder* na relação com os seus *stakeholders*, contribuindo para o reforço da sua competitividade.

O Estatuto PME Líder 2024 foi atribuído a 13.394 empresas pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, em parceria com o Turismo de Portugal, quando são empresas do setor do turismo, bem como com os Bancos parceiros e o Grupo Banco Português de Fomento.

Em Palmela, foram reconhecidas **73 empresas com o estatuto *PME Líder 2024***:

1. A.C. Silva - Indústria de Pastelaria, Lda.
2. Abriporc - Comércio e Produtos Suínos, S.A.
3. Agriaquários -Produções Agrícolas, Unipessoal Lda.
4. Âncora 2001 - Actividades Hoteleiras, Lda.
5. Andaimerent 88, Lda.
6. Atlantic Spare Parts, Lda.
7. Aziz & Yasmin, Lda.
8. Biosani - Agricultura Biológica e Protecção Integrada, Lda.
9. Caldeira & Cruz - Gestão de Restaurantes, Lda.
10. Cantídio & Filhos Import-Export, Lda.
11. Carlos Pelarigo & Filhos, Lda.
12. Casa Ermelinda Freitas - Vinhos, S.A.
13. Casa Ermelinda Freitas II - Vinhas, S.A.
14. Cenariwood- Roupeiros e Cozinhas, Unipessoal Lda.
15. Centro de Reciclagem de Palmela, S.A.
16. Centro Farmacêutico, Lda.
17. Chapabus, Lda.
18. Clínica Dentária e Médica Dra. Vanda Gandum, Lda.
19. Colicapela 2 - Construções, Lda.
20. Condecoating - Tratamento de Superfícies Navais, Lda.
21. Construções Costa & Nicolau, Lda.
22. Cronotécnica - Electrónica, S.A.
23. Devir Livraria, Unipessoal Lda.
24. E.A.D. - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.
25. E.M.P. - Euro Montagens Industriais, Lda.
26. Edulab - Laboratório de Edulcorantes, Lda.

27. Epiménio Murilhas - Transportes e Materiais de Construção, Unipessoal Lda.
28. Euro Ovos - Comércio de Produtos Alimentares, Lda.
29. Farmácia Francisco Tavares de Matos, Lda.
30. Farmaires, Lda.
31. FH - Comércio Internacional, Lda.
32. Filipe Palhoça - Vinhos, Lda.
33. Fixmet, Lda.
34. Frijobel Sudd, Lda.
35. Gavino Farmacêutica II, Lda.
36. Herdade de Algeruz - Empreendimentos Turísticos, Lda.
37. Ibrahim & Hassam, Lda.
38. Ilídio F. Prata e Filhos - Construção de Imóveis e Fornecimento de Materiais de Construção Civil, Lda.
39. Injecção e Serigrafia de Plásticos Técnicos, Lda.
40. Introsys - Integration for Robotic Systems - Integração de Sistemas Robóticos, S.A.
41. Introsys - Manutenção, Lda.
42. Irrimac - Importação, Distribuição e Montagem de Equipamentos, Lda.
43. Lamarserv - Manutenção Industrial, Lda.
44. Lezírias e Planícies, Unipessoal Lda.
45. Lusoverde - Sociedade de Jardinagem, Lda.
46. Melhorcash - Importação e Exportação, Lda.
47. Metalomecânica 3 Triângulos, Lda.
48. Miguel A. Simões - Construção Civil e Instalações Técnicas Especiais, Unipessoal Lda.
49. Mobijardim, Lda.
50. Ozec - Equipamentos Industriais, Lda.
51. Pcf - Serviços de Restauração, Lda.
52. Pedro Tavares - Soluções Têxteis, Unipessoal Lda.
53. Pronticor - Protecções Anticorrosivas, Lda.
54. Quinta do Piloto - Vinhos, Lda.
55. Rehus - Trabalho Temporário, Lda.

56. Resibras - Companhia Portuguesa de Resinas para Abrasivos, S.A.
57. Russo dos Caracóis - Comercio de Caracóis e Frutos Secos, Lda.
58. Rwa, Lda.
59. Searchdimension, Lda.
60. Sigmetum, Lda.
61. Simão Pimenta - Indústria de Alumínio e PVC, Unipessoal Lda.
62. Sociedade Agro-Pecuária Palaio, Lda.
63. SQC - Sistemas Integrados da Qualidade e Consultadoria, Lda.
64. Surpresepopeia - Construções, Unipessoal Lda.
65. Tostalentejanaultra, Lda.
66. Tovim Batista, S.A.
67. Venâncio da Costa Lima, Sucessores, Lda.
68. Versão Fundamental, Lda.
69. Viduplo - Transformação e Comercialização de Vidro e Similares, Lda.
70. Vitaliano J. Costa, Lda.
71. Vitor Ganchinho - Ilumina, Lda.
72. Win Mart, Unipessoal Lda.
73. Zircom - Engenharia, S.A.

Reunida a 18 de junho, a Câmara Municipal de Palmela, saúda cada uma das 73 empresas *PME Líder 2024*, por reconhecer o esforço e o contributo inestimável que cada uma representa, de forma individual, no panorama económico de Palmela e da região.»

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.

. **Saudação** (XXIII Concurso Enológico Internacional Città del Vino – Adega Camolas e Casa Ermelinda Freitas).

«Na edição do XXIII Concurso Enológico Internacional Città del Vino que decorreu em Siena, Itália, a Adega Camolas destaca-se no cenário internacional com a conquista do primeiro lugar para o licoroso Camolas Moscatel de Setúbal Reserva 2020.

O Concurso Enológico Internacional Città del Vino alcançou um lugar próprio entre os concursos internacionais víquicos de renome, sendo o único a nível mundial que prevê a participação conjunta do produtor e do município de proveniência do vinho. Esta relação entre municípios e produtores

é um dos principais fatores diferenciadores desta competição, que pretende distinguir a qualidade dos vinhos, valorizando os seus territórios vinhateiros.

Portugal concorreu com mais de duas centenas de vinhos e trouxe de Itália 81 medalhas: 20 Grandes Medalhas de Ouro e 61 Medalhas de Ouro, das quais emergiram 18 galardões para vinhos de Adegas do Concelho de Palmela, a saber:

Grande Medalha de Ouro:

Camolas Moscatel de Setúbal Reserva 2020 – Adega Camolas
Vinha do Fava Touriga Nacional 2023 – Casa Ermelinda Freitas
Moscatel de Setúbal Superior 2010 - Casa Ermelinda Freitas
Vinha da Fonte Reserva 2022 – Casa Ermelinda Freitas
Dona Ermelinda Moscatel Roxo de Setúbal 2013 - Casa Ermelinda Freitas

Medalha de Ouro:

Touriga Nacional Reserva 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Vinha da Valentina Reserva Signature Tinto 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Vinha do Torrão Grande Escolha Tinto 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Camolas Garrafeira – Edição Comemorativa 25 anos Tinto 2017 – Adega Camolas
Castro de Chibanes Superior Tinto 2020 – Adega Camolas
Vinha do Torrão Reserva Tinto 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Pingo Doce Reserva Tinto 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Vinha do Rosário Reserva Tinto 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Dona Ermelinda Reserva Tinto 2022 - Casa Ermelinda Freitas
Bocage Blend Tinto 2023 - Casa Ermelinda Freitas
Pingo Doce, Syrah e Alicante Bouschet 2023 - Casa Ermelinda Freitas
Vinha da Valentina Reserva Signature Branco 2023 - Casa Ermelinda Freitas
Pingo Doce Castelão Vinhas Velhas 2022 - Casa Ermelinda Freitas

Reunida 18 de junho de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda as Adegas laureadas, por mais este reconhecimento que corroboram o excelente trabalho alcançado e notoriedade na produção de vinhos de muita elevada qualidade, contribuindo para expansão, divulgação e promoção da região vinícola de Palmela além-fronteiras.»

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Palmela Desporto – Cadetes Masculinos).

«A equipa de cadetes masculinos da Palmela Desporto, constituída por Nuno Matos, Miguel Canana e Tiago Oliveira, sagrou-se Campeã Nacional de Estafetas, ao vencer o Campeonato Nacional de Estafetas 2025, de Orientação, que se realizou, no dia 15 de junho de 2025, em Almeida.

Os atletas Nuno Matos e Tiago Oliveira foram agraciados com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2025.

Reunida a 18 de junho de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Palmela Desporto e os atletas Nuno Matos, Miguel Canana e Tiago Oliveira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para as suas carreiras desportivas, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Frederico Serrano)

«Frederico Serrano, atleta Quintajense Futebol Clube, sagrou-se Campeão Nacional de Lançamento do Martelo, 4kg, no Campeonato Nacional Sub16, que se realizou nos dias 14 e 15 de junho de 2025, em Seia.

O atleta que disputou também a competição de Lançamento do Disco, contribuiu para o 4.º lugar coletivo, conquistado pelo Quintajense Futebol Clube. O atleta foi agraciado com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2025.

Reunida a 18 de junho de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda o atleta Frederico Serrano pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Frederico Serrano), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Tomás Ferreira)

«Tomás Ferreira, atleta Quintajense Futebol Clube, sagrou-se Campeão Nacional de Lançamento do Dardo, 600gr, no Campeonato Nacional Sub16, que se realizou nos dias 14 e 15 de junho de 2025, em Seia.

O atleta que disputou também a competição de Lançamento do Disco, contribuiu para o 4.º lugar coletivo, conquistado pelo Quintajense Futebol Clube.

Reunida a 18 de junho de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda o atleta Tomás Ferreira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Tomás Ferreira), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Ricardo Esteves Ferreira)

«Ricardo Esteves Ferreira, atleta da Palmela Desporto, sagrou-se Campeão Nacional de Knock-out Sprint, no Campeonato Nacional de Knock-out Sprint 2025, de Orientação, que se realizou no dia 31 de maio de 2025, em Braga.

O atleta foi agraciado com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2017 e Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2025.

Reunida a 18 de junho de 2025, a Câmara Municipal de Palmela saúda o atleta Ricardo Esteves Ferreira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Ricardo Esteves Ferreira), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Recolha seletiva de biorresíduos – limpeza de terrenos – O Sr. Presidente informa que o Município continua a implementar progressivamente a recolha seletiva Porta a Porta de Biorresíduos, através de contentorização individual.

Dá nota que, neste âmbito, prevê-se o alargamento na freguesia de Palmela, abrangendo mais 542 alojamentos, nomeadamente:

- Alargamento das zonas já servidas em Aires; Cabeço Velhinho e Bairro da Estação de Palmela, servindo mais 360 alojamentos;
- Urbanização Casas da Quinta, servindo mais 156 alojamentos;
- Rua de São Julião, desde o Pingo Doce até à Mercedes, abrangendo mais 26 alojamentos.
- Urbanização Golf do Montado, servindo mais 253 alojamentos, que integra parcialmente as freguesias de Palmela e da União de Freguesias Poceirão e Marateca.

Refere que este é o resultado de uma candidatura do Município ao Programa RECOLHA BIO 3.

Esclarece que este investimento abrange a recolha Porta a Porta de biorresíduos em Habitações Unifamiliares, a aquisição e decoração de uma viatura 100% elétrica para recolha, a atualização do software do sistema de gestão inteligente de contentores e viaturas e um plano de comunicação.

Com a concretização deste projeto, a atual resposta municipal na recolha porta a porta de biorresíduos beneficiará de um incremento de mais 52%, passando dos atuais 1036 alojamentos servidos para os 1578 alojamentos, aos quais se soma a recolha de biorresíduos em 79 restaurantes de cantinas.

. Encerramento da empresa VANPRO – O Sr. Presidente informa que foram surpreendidos com as notícias da semana passada que deram conta do encerramento da empresa Vanpro, no Parque Industrial da Autoeuropa, em Palmela, na sequência da adjudicação a outra empresa, por parte da Autoeuropa, do fabrico dos assentos para o novo modelo de automóvel.

Relembra que o encerramento da Vanpro já havia sido anteriormente anunciado, sendo do conhecimento público. Contudo, os presentes manifestaram surpresa e preocupação com o facto de não se estar a concretizar aquilo que havia sido previamente discutido entre a administração da empresa, a Câmara Municipal, os sindicatos e demais entidades envolvidas.

Transmite que, durante as reuniões bilaterais realizadas, havia sido criada a expectativa da integração da esmagadora maioria dos trabalhadores da Vanpro na nova empresa. No entanto, apenas foi assegurada a transição de 125 trabalhadores, deixando cerca de 350 em situação de grande incerteza e dificuldade.

Considera que esta situação contraria os compromissos e contactos que o Município foi tendo, no último ano e meio, com a direção da Vanpro, a sua Comissão de Trabalhadores, a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Parque Industrial da Autoeuropa e os sindicatos representativos.

Considerando a importância desta situação para centenas de famílias do Concelho, e tendo em conta que alguns dos trabalhadores poderiam estar em vias de aposentação ou de transição para outras entidades empregadoras, o Município entendeu por bem, remeter um ofício à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no qual são colocadas as seguintes questões:

1. Qual a informação concreta de que o Governo dispõe relativamente a este processo?
2. Que mecanismos estão disponíveis para assegurar que as empresas salvaguardem os direitos dos trabalhadores e o investimento feito nas suas carreiras?
3. Que apoios estão garantidos previstos a nível social para estes trabalhadores?

4. O que pretende o Governo fazer para proteger estes postos de trabalho, tendo em conta a atual escassez de mão-de-obra especializada e o bom funcionamento do cluster automóvel na região?

Salienta que estamos perante trabalhadores com um nível de especialização que, facilmente, poderiam ser incorporados nas empresas do Parque Industrial e considera que a Autoeuropa também tem responsabilidades na situação pois poderia incorporar os trabalhadores perante as necessidades de pessoal que possui.

Informa que manifestou a total disponibilidade do Município para a realização de uma reunião com a Senhora Ministra, com o intuito de contribuir para uma solução que garanta o futuro profissional dos cerca de 350 trabalhadores afetados.

. **Projeto PAGE** – O **Sr. Presidente** informa que, na sequência da notícia veiculada pela comunicação social que da nota da rescisão, por parte da TAGE, do contrato de promessa de compra e venda de um terreno em Palmela, que colocará em risco a construção do Centro Internacional do Audiovisual, entrou, de imediato, em contacto telefónico, no dia 17 de junho, com o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, tendo formalizado, também, um pedido de reunião urgente para análise conjunta do processo, o qual enviou o memorando do mesmo.

Refere que este projeto anda a ser trabalhado, há muitos anos, com diversos Governos e Ministérios.

Lembra que o projeto foi apresentado, publicamente, em 2021, em Palmela e, desde então, os investidores promoveram o conceito da chamada “Hollywood Verde” em todo o mundo, o que gerou enorme expectativa dentro do setor, pela inovação e sustentabilidade, constituindo-se como alternativa à hegemonia dos estúdios norte-americanos. Dá nota que para Palmela, para a região e para o país, está em causa um investimento inicial de 200 milhões de euros e a criação de muitas centenas de postos de trabalho, constituindo-se como um novo eixo estratégico de desenvolvimento, que, a montante e a jusante, irá criar outras dinâmicas de criação de emprego qualificado em áreas como as tecnologias, a gravação e produção audiovisual, as artes, a formação profissional e a colaboração com instituições de ensino superior.

Indica que estes projetos têm vindo a gerar sinergias com diversas academias, o Instituto Politécnico e outras escolas superiores da região, constituindo-se como uma oportunidade estruturante para o desenvolvimento económico e social do concelho.

Dá nota, tal como foi esclarecido na última reunião de Câmara Municipal, o processo administrativo relativo a este investimento tramitou de forma célere pelos serviços municipais, que lhe prestaram especial atenção, desde o primeiro momento, que logrou alcançar o estatuto PIN, que foi desenvolvido pela mão do Município, estando o projeto de arquitetura aprovado desde 2023. Dá também nota que o Município acompanhou os investidores no relacionamento com entidades como a Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza

e das Florestas, Infraestruturas de Portugal ou E-Redes, procurando concertar soluções e agilizar pareceres. Informa que, de igual modo, o Município tem acompanhado a TAGE, técnica e politicamente, no relacionamento com diversos Governos – em reuniões com Ministros da Cultura, da Economia e das Finanças, procurando sensibilizar para a importância da adoção pelo Estado Português de incentivos fiscais competitivos, que possam ajudar a converter Portugal num Hub Internacional do Audiovisual.

Considera que esta situação depende apenas do Governo, pois o Município tem tudo aprovado e só pode mover influência para que se possa constituir este importante cluster, único para o país, com impacto internacional.

A este propósito, estranha a notícia, pois a AGE participou, este mês, na Consulta Pública do Programa de Financiamento à Indústria do Audiovisual e do Cinema, efetuada pelo Governo, e inquiriu, já esta semana, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro do Estado e das Finanças, dando nota da imperatividade e urgência de alterar a legislação atual, de forma a viabilizar a implementação do projeto em Portugal.

Realça que, em concreto, o que está em causa é o chamado “cash-refund” (incentivo à Grande Produção), criado em 2023, com dotação global de 20 milhões de euros, um “cap” individual de 6 milhões de euros, por obra cinematográfica ou audiovisual e um “cap” individual de 3 milhões de euros, por cada episódio de séries. Informa que as produtoras de cinema internacionais consideraram esse incentivo manifestamente insuficiente, face à criação de valor e aos custos astronómicos de produção (veja-se, por exemplo, que a dotação global prevista de 20 milhões de euros é insuficiente, sequer, para a produção de um episódio de uma qualquer série da Disney+), valor que é irrisório face ao que países europeus como Espanha, Irlanda ou Reino Unido estão a oferecer, o que fere o interesse das produtoras internacionais pela escolha de Portugal enquanto destino de rodagem.

Dá nota que as produtoras pedem um aumento gradual do “cash-refund” em Portugal para 100 milhões de euros até 2028 - valor mais consentâneo com a escala de investimento – tendo, neste momento, definido o final do mês de agosto como limite para uma resposta positiva do Governo, mesmo que a vigência dos incentivos se inicie apenas em 2026.

Salienta que, da parte do Município, está tudo pronto, com projetos de especialidades entregues e aprovados, faltando apenas celebrar o contrato de urbanização.

Reforça o trabalho árduo do Município, para que não exista qualquer entrave à concretização deste projeto, esperando que esta notícia seja um grito de alerta. Considera que, a não se concretizar, estaremos perante uma perda para o país, região e concelho de Palmela.

Transmite que o Município está em contacto permanente com os investidores e a aguardar retorno das diligências efetuadas junto do Sr. Primeiro-Ministro, com a certeza de que um investimento desta natureza e dimensão é uma oportunidade de ouro, que o país não se pode dar ao luxo de perder por inércia ou inflexibilidade.

. Ampliação da rede de esgotos da zona da Quinta das Asseadas e zonas limítrofes -

O **Sr. Presidente** informa que o Município adjudicou a obra do sistema de esgotos na Quinta das Asseadas, Quinta da Glória e zonas limítrofes, por 490.959,94€, com um prazo de execução de 270 dias.

Dá nota que, nesta fase, vai ser construída uma estação elevatória e a rede de coletores, principalmente na Quinta das Asseadas e Quinta da Glória, encontrando-se o sistema já dimensionado para a ligação, numa segunda fase, de algumas moradias ao longo da estrada nacional 252, ainda não ligadas à rede atual.

Transmite que o efluente vai ser elevado até à ETAR de Aires, ficando o sistema preparado para vir a ser entregue, por gravidade, até uma futura estação de tratamento da Simarsul.

Assuntos apresentados pela a Sra. Vereadora Mara Rebelo e pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano

_ Rua do Aviário/espelho - A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta todos os presentes e refere que quem sai da Rua do Aviário e vira para Palmela tem imensas dificuldades em fazer a manobra, tornando-se ainda mais difícil quando existem carros estacionados na Estrada dos Restauradores no sentido Palmela – Moita. Menciona que esta situação ocorre quase sempre, pois existe um restaurante nas proximidades com vários carros estacionados nos dois sentidos. Como solução propõe a colocação de um espelho refletor.

_ Falta de pessoal auxiliar na Escola Secundária de Palmela – A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** aborda a notícia que foi divulgada durante a semana que diz respeito à falta de pessoal auxiliar na Escola Secundária de Palmela. Lembra que se trata de um assunto que já tinham referido em anteriores reuniões de Câmara Municipal e alertado que era urgente que o Município tivesse em atenção a substituição das baixas prolongadas, que são um problema. Refere que não se trata de uma falha pontual, mas sim uma fragilidade que consideram estrutural na gestão de recursos humanos em todas as escolas do concelho.

Considera que, apesar da Câmara Municipal ter reconhecido o problema e afirmado estar em conversações, o facto é que as soluções apresentadas, até ao momento – que no fundo se resumem a concursos -, não estão a responder à urgência e com a celeridade que seria necessária. Acreditam que, nestes casos, é necessário combinar medidas imediatas, com ações a curto e médio prazo, porque não podem deixar que as pessoas fiquem assoberbadas de trabalho e que se chegue ao ponto atual. Acreditam, igualmente, que só podem garantir o funcionamento seguro e sustentável das escolas, sem sobrecarregar os trabalhadores e não comprometer a qualidade do mesmo, através da criação, nos concursos públicos, de uma bolsa de pessoal auxiliar para responder a essas situações, ou da utilização pontual de assistentes operacionais do

mapa de pessoal da autarquia que estejam alocados a outras unidades orgânicas e que possam colmatar essas falhas. Refere que estas são hipóteses que podem ser estudadas pela autarquia, pois não podem estar constantemente a escudar na descentralização de competências, do seu processo conturbado e dos problemas que existem, para deixarem chegar a limites que não são agradáveis a ninguém.

_ Falta de pessoal auxiliar na Escola Secundária de Palmela - O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** cumprimenta todos os presentes e refere que não pode deixar de intervir devido à gravidade da situação, que se prolonga há algum tempo – o que não os deixou surpreendidos -, sobre a falta de auxiliares e, neste caso específico, sobre a notícia que saiu referente à Escola Secundária de Palmela. Transmite que não se trata de uma novidade e lembra que, em 2023 e 2024 tiveram a oportunidade de visitar as várias escolas do concelho, já tendo, nessa altura, conhecimento da situação. Relembra que alertou e falou em várias reuniões de Câmara Municipal, a última das quais em fevereiro de 2025, pois havia uma situação idêntica em relatada pela Associação de Pais do Agrupamento José Maria dos Santos do Pinhal Novo. Não querendo ser repetitivo, considera que o facto é grave, não só devido ao tempo que se arrasta – são anos sem solução -, mas também por ser insustentável para as pessoas que têm que trabalhar muito mais horas por quem está de baixa e não é substituída, afetando toda a segurança da escola e qualidade do ensino.

Respostas às questões apresentadas pela Sra Vereadora Mara Rebelo e pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano

_ Rua do Aviário/espelho – O **Sr. Presidente** esclarece que a sinalização com a Estrada Nacional tem sempre um problema de dominialidade da Infraestruturas de Portugal. Assume que vão procurar analisar a situação, de forma a perceber se tal é possível. Informa que nas bermas da Estrada Nacional é obrigatório deixar uma distância superior à dos caminhos e estradas municipais, às vias e às construções, pois, nesse caso em concreto, visa constituir zona de paragem e estacionamento. Considera que nos entroncamentos, havendo um estacionamento mais abusivo, provoca problemas de visibilidade, pelo que vão analisar com a Infraestruturas de Portugal se têm legitimidade para atuar, corrigir e melhorar a segurança no local, através da colocação de espelho ou proibição de estacionamento numa das faixas no entroncamento e na curva.

_ Falta de pessoal auxiliar na Escola Secundária de Palmela – O **Sr. Presidente** dá nota que, para que não fique a ideia de que é generalizado, a questão da Escola Secundária de Palmela é, de facto, a mais grave. Refere que existem outras razões que são de natureza mais subjetiva. Refere que objetivo é o facto de, sempre havendo rácios – salvo um ou outro pontual -, os últimos

balanços que existem e que são públicos, porque fazem parte das reuniões da comissão de acompanhamento do Conselho Municipal de Educação, referirem que, na generalidade dos agrupamentos, cumprem e até ultrapassam o rácio de pessoal, independentemente das pessoas irem, ou não, trabalhar.

Relativamente à Escola Secundária de Palmela informa que existiram situações muito específicas e concretas de funcionários que pediram mobilidade para outros serviços da Administração Pública. Informa ainda que existe um clima na gestão de pessoal que não tem favorecido a disponibilidade física e mental para uma maior presença no local de trabalho. Assume que existe um desvio considerável, não só motivado pelas baixas médicas, mas também pela mobilidade das pessoas.

Dá nota que promoveram rapidamente dois concursos e que vão constituir a bolsa que a Sra. Vereadora Mara Rebelo menciona. Dá também nota que o problema é que já tiveram essa bolsa no anterior concurso e a mesma já se esgotou. Relativamente ao recurso a outras áreas operacionais da autarquia, considera que não faz qualquer sentido, porque a Câmara Municipal também tem necessidade nas mesmas, havendo também em desenvolvimento o processo de recrutamento. Considera que, da parte dos recursos humanos e do departamento, existiu toda a agilidade, tendo, inclusivamente, conseguido ultrapassar os prazos habituais para essas situações. Mesmo sendo contra a sua visão política do assunto, porque é defensor que a cada necessidade deve corresponder um posto de trabalho e, por isso, um contrato, transmite que foi dada orientação, mesmo que fosse de forma transitória, para se recorrer a pessoas que estão nos Contratos de Emprego e Inserção. Mais transmite que foi dada instrução às escolas, que têm uma verba para a manutenção e conservação, para poderem, em algumas circunstâncias, aos fins dos dias e fazendo escalas diferentes, contratar empresas de limpeza, porque é, sobretudo essa situação que fica em causa, e que afeta as pessoas no apoio à abertura das aulas, de acompanhamento, manutenção e limpeza dos espaços entre outros, em determinados horários, pois os mesmos não “esticam”.

Passa a palavra à **Sra. Vereadora Maria João Camolas**.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** começa por partilhar que os concursos estão praticamente terminados. Refere que estão do lado das trabalhadoras e que, no seu entendimento, existem dois tipos de reivindicações, pois auferem um salário muito baixo e estão perante uma profissão muito pouco reconhecida.

Informa que não se escudam nas transferências de competências, até porque se trata de um assunto que já era um problema do Ministério da Educação e que passou para as autarquias. Reconhece todos os constrangimentos que se têm verificado no cumprimento dos rácios.

Dá nota que têm uma reivindicação que fizeram junto do Ministério da Educação, relacionada com a revisão da portaria dos rácios, um trabalho que é feito com as autarquias na AMRS

(Associação de Municípios da Região de Setúbal), da qual ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta, nem com o anterior governo, nem com o atual.

Transmite que têm mantido um diálogo muito concertado e permanente, quer a Divisão de Educação, quer a Divisão de Recursos Humanos, com as assistentes operacionais e com as direções das escolas. Menciona que se trata de um problema que internamente estão a resolver, a dar resposta para suprir as falhas e refere que as trabalhadoras saíram por aposentação, por mobilidades não consolidadas, por concurso para outras instituições, registando-se também um elevado número de baixas prolongadas que tem dificultado a estabilização.

Comunica que têm a decorrer a realização de dois procedimentos concursais para provimento em regime de contrato de trabalho a tempo indeterminado, estando em fase de cabimentação do aviso da lista unitária de ordenação final em Diário da República, que resultará na entrada de recursos humanos muito em breve. Mais comunica que têm uma candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, que já foi mencionado, que resultou na colocação de cinco assistentes operacionais na Escola. Refere que os números mencionados em direto na entrevista, não correspondem à realidade, pois não são 17 operacionais que faltam nas escolas (trata-se de um número inferior). Reforça que estão a terminar os concursos e considera que, embora coincidam com final do ano letivo, as assistentes operacionais vão fazer muita falta às escolas, mesmo na pausa letiva, para preparar o próximo ano letivo. Conclui referindo que esperam ter a situação consolidada, não só na Escola Secundária de Palmela, como também em todo o concelho.

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia da reunião de Câmara Municipal é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Serviço Municipal de Proteção Civil

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Adenda ao Contrato Interadministrativo de cooperação, comodato e financiamento para implementação de Sistema de Videovigilância contra incêndios no Parque Natural da Arrábida

PROPOSTA N.º SMPC 01_12-25:

«Considerando que:

1. Em 26 de agosto de 2021 foi celebrado entre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Município de Palmela um Contrato Interadministrativo de cooperação, comodato e financiamento, com vista à implementação de um Sistema de Videovigilância contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida;

2. No âmbito da implementação do Sistema, foram, entretanto, identificadas situações que carecem de clarificação e/ou ajustamento contratual, nomeadamente:
 - a. a contratualização de serviços de manutenção integrados e inclusivos, cuja configuração não está inteiramente alinhada com o disposto no Contrato original e nas obrigações atribuídas ao Município de Palmela;
 - b. a necessidade, entretanto verificada, de instalação de uma Torre de Videovigilância (Convento da Arrábida) em território exterior à circunscrição territorial do Concelho de Palmela, situação que contradiz o estipulado no n.º 2 da Cláusula 1.ª (Objeto) do Contrato;
3. Com vista a assegurar a plena conformidade jurídica e contratual da execução do Sistema, torna-se necessário formalizar as Adendas ao Contrato Interadministrativo, com o objetivo de clarificar as responsabilidades das partes relativamente à manutenção e conservação dos bens e equipamentos e ajustar a redação do objeto do contrato, por forma a enquadrar adequadamente as intervenções em curso;

propõe-se que a Câmara Municipal delibere, nos termos das disposições legais conjugadas do n.º 3 do artigo 35.º com as alíneas e), j) e k) do nº 2 do artigo 23º e t) e u) do nº 1 do artigo 33º do Regime das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de adendas ao Contrato de Cooperação, Comodato e Financiamento para Implementação de Sistema de Videovigilância contra Incêndios no Parque Natural da Arrábida, nos termos das minutas anexas à presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Finanças e Aprovisionamento

PONTO 2 – Consolidadas 2024

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_12-25:

«Nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê-se no art.º 75.º, a obrigatoriedade de os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação, definidos na norma de contabilidade pública 22 (NCP 22) constante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, considerando-se que “uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade”.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, propõe-se que, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação do documento de contas consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2024, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta “Contas Consolidadas 2024”, numerada DAFRH_DFA 01_12-25, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** menciona que se trata de um documento meramente técnico que já foi avaliado, quer na Prestação de Contas da Câmara Municipal, quer na Prestação de Contas da Palmela Desporto. Refere que a avaliação política do PSD já foi feita, tendo votado contra ambas as prestações de contas. Termina, referindo que irá abster-se, dado ser apenas um documento obrigatório por lei.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** informa que os eleitos do PS, apesar de se terem absterido aquando as Prestações de Contas, vão votar favoravelmente, pois trata-se de um documento técnico e contabilisticamente correto. Reforça que se trata de um documento técnico e refere nada têm a obstar contra o mesmo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com abstenção do Sr. Vereador Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

PONTO 3 – 4ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029

PROPOSTA N.º DAFRH 01_12-25:

«A 4.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029 tem as seguintes finalidades:

1. Reforço da dotação da ação «OIL - Requalificação da Capela Mortuária Marateca», de modo a permitir o desenvolvimento de procedimentos necessários à realização da obra;
2. Reforço da dotação de ação «OIL A 67 - Ampliação da rede de esgotos domésticos em Cajados (Bairro Palmelão)», de modo a permitir o desenvolvimento de procedimentos necessários à realização da obra;
3. Reforço da dotação da ação «Redes Gerais de Esgotos - Manutenção», para permitir a contratação de serviços adicionais de despejo de fossas;

4. Criação da ação «Proteção dos baluartes do Castelo», para permitir o lançamento da respetiva empreitada;
5. Reforço da dotação da ação «Conservação Permanente da Rede Viária - Serviços com Equipamento e Operador», de forma a permitir a contratação de serviços adicionais de limpeza de bermas e terrenos;
6. Efetuar acertos em ações cofinanciadas por fundos comunitários, na sua maioria em resultado da reprogramação física e/ou financeira de operações aprovadas, e respetivas correções na receita.

Foram ainda introduzidos outros acertos de menor expressão nos documentos em apreciação.

O total do Orçamento após a 4ª Alteração Permutativa é de 100.558.922,44 € (cem milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois euros e quarenta e quatro cêntimos), o que representa um acréscimo de 0,12 % relativamente ao Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 4.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029.»

Sobre a proposta “4ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029”, numerada DAFRH 01_12-25, intervém:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e informa que, em sintonia com o seu sentido de voto aquando a aprovação das Grandes Opções do Plano 2025/2029, irá votar contra a presente proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma maioria, com o voto contra do Sr. Vereador do MCCP e a abstenção do Sr. Vereador do PSD. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

PONTO 4 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado para construção de habitação a custos controlados

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_12-25

«A Lei de Bases da Habitação (LBH), aprovada pela Lei 83/2019, de 03 de setembro, veio estabelecer, no artigo 3º, nº1, que o Estado é o garante do direito à habitação, incumbindo às Autarquias Locais programar e executar as suas políticas de habitação (artigo 20º, nº1 da LBH).

Aos Municípios compete a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo para tanto de atribuições no domínio da habitação (artigo 23º, nº2 al. i) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro),

podendo promover a construção de habitações a custos controlados (artigo 21º, nº2 al. b) da LBH).

Nesta lógica, e visando a futura construção de habitação a custos controlados, os serviços técnicos do Município identificaram o prédio com a área total de 2.516 m² sito no gaveto formado pela Rua José Carvalho Braga com a Rua José Vicente Ferreira, na freguesia de Quinta do Anjo, com o número de inventário 58131 integrado no domínio público municipal, admitindo-se como tecnicamente viável a edificação em parte desse prédio, a concretizar da seguinte forma:

- a) Na área de 710,20 m², que confronta do norte com edifício designado por Bloco 4, do nascente com domínio público municipal, do sul com Rua José Vicente Ferreira e do poente com Rua José Carvalho Braga, conforme localização constante da planta que se junta como documento nº1;
- b) Edificabilidade de 1.050m² de área bruta de construção, com 350m² de área de implantação, em edifício plurifamiliar de três pisos;
- c) O número de fogos dependerá das tipologias a eleger, de acordo com os critérios da habitação a custos controlados definidos na lei.

Num momento inicial o Município promoveu a avaliação da área livre de condicionantes de 1.149,10 m², conforme resulta do relatório junto como documento nº2, alcançando-se, através de cálculo aritmético, quanto à área agora visada de 710,20m², o valor de € 246.348,19 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e oito euros e dezanove cêntimos).

Considerando, por um lado, que o aumento do número de habitações disponíveis a custos controlados na freguesia de Quinta do Anjo representa um benefício para a população, permitindo a prossecução das políticas habitacionais do Município, e por outro, que o prédio acima identificado integra o domínio público municipal, impondo-se que, para efeitos de futura construção e disponibilização no mercado habitacional se encontre integrado no domínio privado municipal, propõe-se que:

A Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto nos arts. 33º, nº1 al. ccc) e 25º, nº1 al. q) do RJAL, a desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado da parcela de terreno com a área de 710,20 m², sita no gaveto formado pela Rua José Carvalho Braga com a Rua José Vicente Ferreira, na freguesia de Quinta do Anjo, que confronta do norte com edifício designado por Bloco 4, do nascente com domínio público municipal, do sul com Rua José Vicente Ferreira e do poente com Rua José Carvalho Braga, ainda não inscrita na matriz e omissa no registo predial.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento Do Ambiente e Serviços Urbanos

Divisão dos Serviços Urbanos

PONTO 5 – Apoio Financeiro às Associações de proteção dos Animais no Concelho de Palmela

PROPOSTA N.º DASU_DSU 01_12-25:

«A proteção do bem-estar animal é uma prioridade do Município e, também, um dever de cidadania, devendo igualmente ser uma responsabilidade de todos/as os/as cidadãos e cidadãs, como membros de uma comunidade que partilha espaços, recursos, vivências e anseios.

Na nossa sociedade, o abandono de animais na via pública constitui um problema complexo. Dada a sua dimensão, a solução não é imediata e exige a atuação responsável de todas e todos — cidadãs e cidadãos, entidades públicas e privadas.

A cooperação do Município com as diversas entidades competentes, designadamente a GNR – SEPNA e o Ministério Público, tem sido constante, com o objetivo de assegurar uma resposta eficaz às diversas situações de abandono e maus-tratos a animais no concelho. Paralelamente, o Município tem apostado em novas estratégias para mitigar este problema, como a promoção de adoções, a instalação de abrigos e a implementação de programas de esterilização e devolução de gatos à comunidade.

Na concretização deste objetivo, têm desempenhado um papel fundamental as associações de proteção animal do concelho, nomeadamente “O Cantinho da Milú”, “Quintinha ABC”, “Azáfama ao Rubro” ou “Casa Amarela”, “Patás & Tino”, “101 Rafeiros” e “PRAVI”. Através do trabalho destas entidades, muitos animais têm acesso a abrigo, cuidados, alimentação e o conforto necessários ao seu bem-estar.

Para que estas associações possam continuar a desenvolver a sua missão, é indispensável o apoio de entidades públicas, bem como o empenho de inúmeras/os voluntárias/os e de algumas empresas, que, de forma regular, também oferecem um contributo valioso.

Atendendo a que:

- nos termos do n.º 1 e das alíneas g) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Palmela, tem por atribuições a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da saúde e ambiente;
- é competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes e, bem assim, apoiar atividades de natureza social, educativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde (cfr. alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do sobredito regime jurídico);
- há necessidade de apoiar financeiramente as associações de proteção dos animais, com respostas na área do Concelho de Palmela, para garantir o funcionamento básico das instalações e o apoio às atividades correntes (nomeadamente: manutenção das instalações, alimentação dos animais, tratamentos médicos e cirúrgicos, medicamentos, campanhas de

sensibilização, vacinação, desparasitação, identificação eletrónica e esterilização dos animais acolhidos).

Propõe-se, em conformidade com as alíneas o) e u), n.º 1 do artigo 33.º do citado regime legal a atribuição de apoio financeiro no valor global de 15.000,00 € (quinze mil euros), a ser distribuído tendo em conta o número de animais existentes em cada associação, o conjunto das atividades que desenvolvem e a disponibilidade para colaborar com as autoridades locais e com o Município, sempre que solicitado o seu apoio, da seguinte forma:

- Associação “Cantinho da Milú” – 5.254,30 € (cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e trinta cêntimos);
- Associação “Quintinha abc” – 3.045,70 € (três mil, quarenta e cinco euros e setenta cêntimos);
- Associação “Patas e Tino” – 2.022,40 € (dois mil e vinte e dois euros e quarenta cêntimos);
- Associação “101 Rafeiros” – 2.104,30 € (dois mil, cento e quatro euros e trinta cêntimos);
- Associação “Azafama ao Rubro” ou “Casa Amarela” – 1.572,40 € (mil, quinhentos e setenta e dois euros e quarenta cêntimos);
- Associação “Pravi” – 1.000,00 € (mil euros).

A despesa tem enquadramento nas Grandes Opções do Plano com o código de plano 2.4.6 03.007, e orçamental 0303 / 040701.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_12-25:

«Considerando que:

1. Por deliberação camarária, tomada em 8 de janeiro de 2025, foi aprovado o montante máximo a título de encargos com recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2025, no valor de € 247.500 (Duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos euros), em consonância com a dotação global constante no orçamento municipal a vigorar em 2025, conforme preceituado nas disposições conjugadas na al. a) do n.º 2 do art.º 5º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e no n.º 3 do art.º 31º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

2. No mapa de pessoal de 2025, aprovado em sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 12 de dezembro de 2024, existem diversos postos de trabalho desocupados e a desocupar, designadamente, nas carreiras e categoria técnica superior e assistente operacional em diversas áreas funcionais, visando a satisfação de necessidades permanentes dos serviços municipais, de acordo com as atribuições e competências municipais que se lhe encontram cometidas.
3. Atualmente existe a necessidade de reforço de pessoal em postos de trabalho, com grau de tecnicidade, em diversas áreas funcionais (jurídica e de engenharia), assim como na área operacional de condução transportes coletivos - veículos pesados de passageiros -, inexistindo reservas de recrutamento válidas constituídas no âmbito de procedimentos concursais concluídos, assim como não têm logrado efeito útil as ofertas, difundidas na Bolsa de Emprego Público, para admissão em regime de mobilidade na categoria.
4. Salienta-se, que, de acordo com o imperativo legal, foi assegurado o procedimento prévio de aferição de pessoal disponível em situação de valorização profissional, junto da respetiva entidade gestora supramunicipal - Área Metropolitana de Lisboa (cfr art.º 34º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação), que comunicou a este município, através de correio eletrónico, que a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias (EGRA) ainda não se encontra constituída na Área Metropolitana de Lisboa.
5. Uma vez que o município de Palmela se encontra em situação de equilíbrio financeiro não lhe são impostas quaisquer restrições ao recrutamento de pessoal, sem prejuízo, contudo, da necessária observância das regras de equilíbrio orçamental, bem como do cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, devendo, nesse sentido, ser prestada trimestralmente informação detalhada à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), de acordo com o preceituado na LOE/2025 (Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro).
6. Tendo presente os princípios de racionalização e de eficiência que devem nortear a gestão de recursos humanos, no que concerne designadamente à economia processual, atenta a necessidade de imprimir a máxima celeridade às admissões de pessoal, face às áreas funcionais dos postos de trabalho a prover que projetam a possível não oposição por potenciais candidatas/os detentoras/es de prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, detentoras/es de prioridade legal no recrutamento, de acordo com o histórico ocorrido em concursos realizados recentemente, afigura-se por necessária que a autorização de abertura dos procedimentos concursais possibilite, eventual, alargamento a candidatas/os que não sejam detentoras/es daquele vínculo, nos termos do art.º 30º, nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, conjugado com o art.º 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o estatuído no nº 4 do art.º 30º da LTFP, delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, com, eventual, alargamento, condicionado, a candidatas/os não detentoras/es de relação jurídica de emprego público, para as carreiras e categorias técnica superior e assistente operacional nas seguintes áreas funcionais:

- (i) Carreira Técnica Superior - área jurídica (Julgado de Paz);
- (ii) Carreira Técnica Superior - área de engenharia civil;
- (iii) Carreira Técnica Superior - área de engenharia mecânica;
- (iv) Carreira/categoria assistente operacional - área de condução transportes coletivos - veículos pesados de passageiros.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Cedência das instalações da EB Águas de Moura à União Social Sol Crescente da Marateca

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_12-25:

«Considerando que:

- a União Social Sol Crescente da Marateca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sita na Rua Alberto Valente, 9, em Águas de Moura, com o NIPC 502 220 104, que tem como Missão “agir concertadamente, nas comunidades envolventes, melhorando a qualidade de vida das populações, desenvolvendo, criando e prestando serviços na área social, que se adequem às necessidades das pessoas e das famílias, promovendo a solidariedade, a cidadania, e a luta contra a pobreza e a exclusão social”;
- ao abrigo da Ação 65 da Operação Integrada Local Poceirão Marateca, as instalações do equipamento social “Os Cenourinhas”, serão objeto de uma intervenção de requalificação, impossibilitando o funcionamento da sua creche (32 crianças), pré-escolar (25 crianças) e CATL (30 crianças) nas suas instalações;
- a instituição solicitou, ao Município, a cedência das instalações da EB Águas de Moura, no período compreendido entre 1 de julho e 15 de agosto, para o funcionamento destas respostas sociais, visando garantir a continuidade deste serviço junto das crianças e suas famílias;

- reunida a instituição, a autarquia e o Agrupamento de Escolas José Saramago, a 22 de maio último, concluiu-se que se encontram reunidas as condições para a cedência deste equipamento, concretamente 4 salas de aula, ginásio, espaço exterior, refeitório, palamenta, frigorífico e outros equipamentos de apoio;
- é crucial assegurar a continuidade e o normal funcionamento da resposta de creche, pré-escolar e CATL, num trabalho de cooperação, que mobiliza e otimiza os recursos locais, numa lógica de subsidiariedade e de cultura de parceria;

propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência das instalações da EB Águas de Moura à União Social Sol Crescente da Marateca, no período compreendido entre 1 de julho e 15 de agosto de 2025, para o funcionamento das suas respostas sociais de apoio à infância.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento da Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Bibliotecas e Património Cultural

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses para edição de livro

PROPOSTA N.º DCDJ_DBPC 01_12-25:

«Considerando que:

- a URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses é uma associação sem fins lucrativos, criada por antifascistas que, durante a ditadura, lutaram pela liberdade, tendo sido fundada em 30 de abril de 1976;
- atualmente integra muitos cidadãos que não tendo participado na luta contra a ditadura, se identificam com a mesma e promovem a preservação da memória coletiva e individual desse período da história portuguesa;
- o trabalho de investigação que tem vindo a ser desenvolvido, reveste-se de grande importância para o conhecimento da nossa história recente, tendo por isso tido o apoio financeiro dos Municípios de Palmela e de Setúbal;
- a investigação realizada nos arquivos locais e na Torre do Tombo permitiu a produção de um livro que agrega um conjunto muito significativo de informação sobre resistentes e lutas, casas, ruas, um roteiro de locais e a lista, nome a nome, dos ex-presos da PIDE do concelho de Palmela e de Setúbal;

propõe-se, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro

no valor de € 3.000,00 (três mil euros), à União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, para a edição da obra que reflete o resultado da investigação sobre a luta antifascista nos Municípios identificados, entre 1926 e 1974, para que se constitua como memória futura.

Código Orçamental: 07 03/04 07 01

Código GOP: 2.5.1.01.002»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Prolongamento do topónimo existente “Rua Fundadores do Aireense”, Aires

Requerente: Junta de Freguesia de Palmela

N.º Processo: TOP-2164/2025 – Local: Aires - Palmela

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 02_02-25:

«Por deliberação municipal datada de 23/01/2002 foi atribuída a designação toponímica Rua Fundadores do Aireense ao arruamento com início no cruzamento da Rua Francisco Carvalho Nunes da Silva com a Rua do Parque e a Rua Heróis do Ultramar, e término na Rua Joaquim José de Carvalho, em Aires na freguesia de Palmela.

Com a construção da Escola de Aires e a beneficiação da via que dá continuação à Rua Fundadores do Aireense até à rotunda norte da estação ferroviária de Palmela, foi informalmente adotada a mesma designação toponímica “Rua Fundadores do Aireense”, cuja aprovação oficial importa regularizar.

Tendo sido uma proposta da Junta de Freguesia de Palmela, foi dispensada a consulta à edilidade, prevista no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo o prolongamento do topónimo sido submetido a apreciação da Comissão de Toponímia, reunida a 29/05/2025, merecendo parecer favorável, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP).

Face ao exposto, propõe-se a aprovação do prolongamento do topónimo “Rua Fundadores do Aireense” ao arruamento identificado na planta anexa, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Atribuição de topónimos a duas Pracetas no Pinhal Novo

Requerente: Paulo Alexandre Pereira Portela

N.º Processo: TOP-760/2020 – Local: Monte Novo e Salgueirinha, Pinhal Novo

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 03_02-25:

«Deu entrada no serviço de Toponímia um pedido subscrito pelo Sr. Paulo Portela, para a colocação de placas toponímicas em duas pracetas, sitas nas zonas de Monte Novo e Salgueirinha, na freguesia de Pinhal Novo.

As pracetas em causa constituem interiores de quarteirão sem acessos diretos às entradas dos edifícios, não tendo por isso sido atribuídos topónimos por ocasião da urbanização da zona. Para identificação dos locais, para eventuais acessos das forças de segurança ou serviços e considerando-se pertinente a identificação inequívoca dos espaços públicos, foi promovido o procedimento instituído no n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, com a auscultação da Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

Uma vez que a primeira praceta, sita na zona da Salgueirinha, é acedida por dois arruamentos, (Rua Álvaro Tavares e a Rua José Régio) para manutenção da referência geográfica do local, foi adiantada a designação de “Praceta José Régio”. Pelo mesmo motivo, a segunda praceta sita na zona de Monte Novo, ladeada pelas Ruas Fernando Lopes Graça e a Rua Mário Viegas, mereceu a sugestão de “Praceta Mário Viegas”.

Ambas as designações receberam parecer favorável da Junta de Freguesia, tendo sido submetidos a apreciação da Comissão de Toponímia a 29/05/2025, ao abrigo do n.º 2 do art.º 5º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, onde foram igualmente votadas favoravelmente.

Face ao exposto, propõe-se a aprovação da atribuição dos topónimos “Praceta José Régio” e “Praceta Mário Viegas” aos arruamentos identificados nas plantas anexas que fazem parte integrante da presente proposta, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do art.º 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Pela meia noite e trinta e oito minutos, do dia dezanove de junho de dois mil e vinte e cinco, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco